Processos de escrita em processos: uma pesquisa cartográfica narrativa em psicologia jurídica

Procesos de escritura en procesos: una investigación cartográfica narrativa en psicología jurídica

Writing Processes in Processes: A Narrative Cartographic Research in Judicial Psychology

Leandro Augusto Ferreira[1]

RESUMO: **Contextualização:** O trabalho tem origem em análises e considerações levantadas a partir da dissertação de mestrado "Um psicólogo em processos: imagens justas e justamente imagens no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo", defendida em 2020 junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo. **Problema:** O artigo problematiza o processo de escrita em laudos psicológicos no âmbito judiciário, relacionando o exercício da função de perito aos efeitos e afetos produzidos por esse trabalho. **Objetivo:** Analisar a escrita no contexto da psicologia judiciária. **Método:** A partir da perspectiva de um psicólogo em processos, realizou-se pesquisa-intervenção com o método da cartografia, usando da estratégia da escrita de narrativas verossímeis que colocassem em ato e em perspectiva elementos que constam e que não constam nos autos, relativos à produção escrita do psicólogo judiciário. **Resultados:** Foram analisadas as linhas de forças em jogo na atuação e na produção dos laudos psicológicos, considerando o saber-poder, peso e efeitos de verdade, distintas políticas de escrita e problemas e tensões entre uma escrita técnica-científica focada num problema jurídico e outras formas de narrar, de se afetar e ser afetado. **Conclusões:** O artigo conclui que os laudos psicológicos muitas vezes tensionam para uma escrita normalizadora, que dê contornos e fechem os casos, podendo assim se configurar na moralização e simplificação de complexidades, falhando em considerar e em expressar fenômenos e marcas singulares que os encontros e interferências produzem em seus sujeitos e em suas produções de subjetividades.

PALAVRAS-CHAVE: psicologia forense, perícia psicológica judicial, escrita, narrativas, violência na família.

RESUMEN: Contextualización: *El trabajo tiene su origen en análisis y consideraciones surgidas a partir de la disertación de maestría "Un psicólogo en procesos: imágenes justas y justamente imágenes en el Tribunal de Justicia del Estado de São Paulo", defendida en 2020 en el Programa de Posgrado en Enseñanza en Ciencias de la Salud de la Universidad Federal de São Paulo.* ***Problema****: El artículo problematiza el proceso de escritura en informes psicológicos en el ámbito judicial, relacionando el ejercicio de la función de perito con los efectos y afectos producidos por este trabajo.* ***Objetivo:*** *Analizar la escritura en el contexto de la psicología judicial.* ***Método:*** *Desde la perspectiva de un psicólogo en procesos, se realizó una investigación-intervención con el método de la cartografía, utilizando la estrategia de escritura de narrativas verosímiles que pongan en acto y en perspectiva elementos que constan y que no constan en los autos, relativos a la producción escrita del psicólogo judicial.* ***Resultados:*** *Se analizaron las líneas de fuerzas en juego en la actuación y en la producción de los informes psicológicos, considerando el saber-poder, peso y efectos de verdad, distintas políticas de escritura y problemas y tensiones entre una*

[1] Doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo, mestre em Ensino em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo e especialista em psicologia jurídica, exercendo a função de psicólogo judiciário junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e de docente na ESAMC Santos e na Universidade Santa Cecília. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5800792808283859 .ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7230-7314

escritura técnico-científica enfocada en un problema jurídico y otras formas de narrar, de afectarse y ser afectado. ***Conclusiones:*** *El artículo concluye que los informes psicológicos a menudo tensan hacia una escritura normalizadora, que dé contornos y cierre los casos, pudiendo así configurarse en la moralización y simplificación de complejidades, fallando en considerar y en expresar fenómenos y marcas singulares que los encuentros e interferencias producen en sus sujetos y en sus producciones de subjetividades.*

PALABRAS CLAVE: *psicología forense, peritaje psicológico judicial, escritura, narrativas, violencia familiar.*

ABSTRACT: Contextualization: *This work originates from analyses and considerations raised from the master's dissertation "A psychologist in processes: fair images and justly images at the Court of Justice of the State of São Paulo", defended in 2020 at the Graduate Program in Health Sciences Education at the Federal University of São Paulo.* ***Problem:*** *The article problematizes the writing process in psychological reports within the judicial context, relating the exercise of the expert role to the effects and affections produced by this work.* ***Objective:*** *To analyze writing in the context of judicial psychology.* ***Method:*** *From the perspective of a psychologist in processes, an intervention-research was carried out using the cartography method, employing the strategy of writing plausible narratives that enact and put into perspective elements that are and are not present in the records, related to the written production of the judicial psychologist.* ***Results:*** *The lines of force at play in the performance and production of psychological reports were analyzed, considering knowledge-power, weight and truth effects, different writing policies, and problems and tensions between a technical-scientific writing focused on a legal problem and other ways of narrating, being affected and affecting.* ***Conclusions:*** *The article concludes that psychological reports often tend toward a normalizing writing that outlines and closes cases, thus configuring in the moralization and simplification of complexities, failing to consider and express singular phenomena and marks that encounters and interferences produce in their subjects and in their productions of subjectivities.*

KEYWORDS: *forensic psychology, judicial psychological expertise, writing, narratives, family violence.*

Introdução

O presente artigo é fruto da pesquisa de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo onde produzi, orientado pelo Professor Dr. Alexandre de Oliveira Henz, a dissertação "Um psicólogo em processos: imagens justas e justamente imagens no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo" (Ferreira, 2020). Na data da conclusão da pesquisa, encontrava-me bem próximo de duas décadas de atuação na área da psicologia jurídica, iniciando em 2002 como psicólogo na Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo e desde 2007 como psicólogo judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, onde sou perito em processos judiciais que, em sua grande maioria, envolvem crianças e adolescentes, muitas em situação de risco.

A psicologia jurídica pode ser definida como a área da ciência psicológica que se encontra em intersecção com o direito, onde as instituições e profissionais estão ligados ao Poder Judiciário ou ao cumprimento de suas determinações. Brito (2012) contextualiza que os cruzamentos entre a psicologia e o direito contribuíram, no âmbito internacional, para a criação dos primeiros laboratórios de psicologia experimental ainda no final do século XIX, acrescentando que "(...) foram as demandas provenientes do Poder Judiciário que ajudaram a Psicologia a se firmar como ciência" (Brito, 2012, p. 195). Nesse período, ainda segundo a autora, a psicologia era acionada para que se produzissem "(...) pesquisas

que indicassem parâmetros para aferir a fidedignidade, ou não, dos testemunhos prestados na Justiça" (Brito, 2012, p. 195).

Quanto à psicologia jurídica no Brasil, para Lago et al. (2009), trata-se de especialidade relativamente recente e sem um ponto inicial bem definido. Silva (2013) refere que a partir da década de 1970, começaram a surgir relatos de interações esporádicas entre as duas disciplinas, os tribunais passando a contar com o trabalho de psicólogos numa decisão ou outra, ainda sem que esses profissionais se encontrassem oficialmente estabelecidos como peritos judiciais ou que a contribuição da psicologia fosse sistematizada junto aos processos judiciais. Mesmo antes disso, como bem pontuam Lago et al. (2009), há notícias de psicólogos trabalhando nos sistemas prisionais de alguns Estados do Brasil, ainda que também de maneira extraoficial.

Para Silva (2013) a entrada oficial dos profissionais enquanto servidores públicos no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ocorreu na década de 1980, tendo origem da complexidade cada vez maior dos casos e problemas que passaram a acionar a Justiça e da necessidade de se operar a partir "(...) de uma compreensão não pautada apenas nas luzes da letra fria da lei" (Silva, 2013, p. 904). Segundo a autora:

> "A participação da Psicologia na discussão dos inúmeros conflitos que chegam à Justiça foi impondo-se e mostrando suas possibilidades de contribuição para edificar um campo de saber diferenciado, que hoje recebe a denominação de Psicologia jurídica, judiciária ou forense" (Silva, 2013, p. 904).

Em seu artigo, Silva (2013, p. 904) explicita que há nuances entre essas três denominações, porém não faz considerações a esse respeito, por não ser o escopo daquela sua pesquisa. Nesse sentido, o Conselho Federal de Psicologia (2022) esclarece que a psicologia jurídica:

> "É a área de atuação profissional da psicologia no âmbito do Sistema de Justiça e em serviços que compõem o Sistema de Segurança Pública e o Sistema de Garantia de Direitos que executam sentenças judiciais, como o Sistema Prisional e o Sistema Socioeducativo" (CFP, 2022).

Dessa maneira, a psicologia jurídica abarcaria a todos os profissionais que exercem suas funções em qualquer equipamento que possa manter alguma interação com a Justiça, enquanto a psicologia judiciária é específica dos profissionais que trabalham diretamente lotados e subordinados aos Tribunais de Justiça do país, em suas mais diversas esferas e especializações. Desse modo, a psicologia judiciária é um campo específico dentro da psicologia jurídica, sendo exercida por psicólogos que atuam preferencialmente enquanto peritos judiciais e que realizam estudos psicológicos. Esses estudos podem ocorrer em processos de Vara da Infância e da Juventude, Varas de Família e Sucessões ou Varas Criminais, que atualmente se configuram nas principais áreas de atuação dos psicólogos judiciários servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

É importante assinalar que, ao ser nomeado para atuar num processo judicial e passando a figurar enquanto perito psicológico numa ação judicial, o profissional é demandado a assumir uma postura de imparcialidade e distanciamento análoga a que se espera de um juiz. Ao final de seu trabalho, o perito emite um documento onde aponta suas observações e sugestões, que poderão ser seguidas ou não pelo magistrado da causa, ocorrendo que o são na esmagadora maioria, conforme estudo de Rodrigues et al. (2005), as pesquisadoras concluindo que as sugestões dos laudos psicológicos foram seguidas pelos juízes das Varas de Família e Sucessões em 94,23% dos casos (Rodrigues et. al., 2005, p. 31). Em decorrência disso, trabalhar como psicólogo no judiciário implica em um peso e responsabilidades muito grandes, tensionando uma atuação que combina estudo, trabalho, dedicação, reflexão, ponderação e discernimento.

Um perito psicológico, ao ser designado para um caso, deve fazer com seus mais diversos procedimentos uma pesquisa circunscrita a uma questão problema que teoricamente ultrapassa a competência e os conhecimentos dos operadores do direito. O profissional, ao final da aplicação de suas mais diversas técnicas e instrumentais, escreve um laudo que vai ser juntado ao processo, e que é o compêndio de suas observações, trazendo suas considerações e sugestões aos magistrados. Para Shine (2003) o laudo psicológico possui peso de prova e é "(...) a peça mais importante da perícia do ponto de vista processual" (Shine, 2003, p. 164). Granjero et al. (2008) definem que a perícia psicológica é uma investigação, "(...) que é algo que diagnostica, que investiga. A sua perspectiva é de investigação, mas exige uma resposta para uma determinada situação-problema" (Granjero et. al., 2008, p. 167).

Desse modo, um laudo precisa ser preciso e indicar caminhos. Todos esses fatores levam a um tipo de atuação do psicólogo judiciário bastante específica, tensionada pela produção de um documento com efeitos de verdade, que se traduz num peso muito grande, na medida em que pode indicar decisões e caminhos para aquelas vidas ali postas e analisadas sob a luz do Poder Judiciário trazendo, portanto, implicações tanto para as produções de subjetividade desses quanto a do próprio psicólogo judiciário.

Metodologia

Partindo da perspectiva de um psicólogo em processos, a pesquisa que gerou o presente artigo procurou cartografar o que está em jogo na produção dos laudos psicológicos judiciários, que visam uma escrita com efeitos de verdade. Para isso, analisou e problematizou distintas políticas de escrita e os problemas e tensões entre uma escrita técnica-científica focada num problema jurídico e outras formas de narrar, de se afetar e ser afetado.

A pesquisa-intervenção assumiu uma proposta metodológica cartográfica, propondo uma investigação das linhas de força que estão em jogo nessa especialidade da psicologia. Passos et al. (2015), pontuam que:

> "Toda experiência cartográfica acompanha processos, mais do que representa estados de coisa; intervém na realidade, mais do que a interpreta; monta dispositivos, mais do que atribui a eles qualquer natureza; dissolve o ponto de vista dos observadores, mais do que centraliza o conhecimento em uma perspectiva identitária e pessoal. O método da cartografia implica também a aposta ético-política em um modo de dizer que expresse processos de mudança de si e do mundo" (Passos et. al., 2015, p. 170).

Partindo da hipótese de que os escritos produzidos por um psicólogo judiciário pretendem que esse assuma um ponto de vista basicamente de "neutralidade e observação", como bem apontou Foucault (2006), e que essa é uma postura que tensiona o profissional a operar na mesma lógica das ciências naturais e produzir um tipo de escrita "fria" ou clínica dos fenômenos, passei a buscar formas de escrita diversas, que furassem essa psico-lógica e pudessem mostrar outras perspectivas, outros pontos de vista. Afinal, produzir uma escrita que parta de um sujeito pretensamente neutro e puro de observação é como contar com a existência de um sujeito etéreo e elusivo, que transite pelos casos e que não se implique ou seja implicado nas situações por ele avaliado, produzindo a imagem de um certo tipo de corpo fragmentado:

> "(...) tudo isso pede que se imagine um olho que não pode absolutamente ser imaginado, um olho voltado para nenhuma direção, no qual as forças ativas e interpretativas, as que fazem com que ver seja ver-algo, devem estar imobilizadas, ausentes; exige-se do olho, portanto, algo absurdo e sem sentido" (Nietzsche, 2009, p.101).

Contra esse engano, Nietzsche propôs uma outra forma de conhecimento, perspectivo, num movimento contrário à pretensa objetividade e neutralidade do pesquisador:

> "Existe *apenas* uma visão perspectiva, apenas um 'conhecer' perspectivo; e *quanto mais* afetos permitirmos falar sobre uma coisa, *quanto mais* olhos, diferentes olhos, soubermos utilizar para essa coisa, tanto mais completo será nosso 'conceito' dela, nossa 'objetividade'. Mas eliminar a vontade inteiramente, suspender os afetos todos sem exceção, supondo que o conseguíssemos: como? – não seria *castrar* o intelecto?..." (Nietzsche, 2009, p.101, grifos do autor).

O conhecimento perspectivo busca a implicação de todo o corpo e conta em sua produção com as potências das diferentes maneiras em que somos afetados e marcados pelas experiências, não as negando ou as apaziguando. Assumi o perspectivismo como uma proposta que reconhece que na escrita de documentos psicológicos os fenômenos dos encontros que se dão em fóruns de justiça são capturados apenas em parte e que a escrita falha em expressar, trazendo apenas uma fina fatia superficial de fenômenos complexos, que nem ao menos podem ser conhecidos em sua totalidade pelos sujeitos que os experienciam. Na verdade, nenhuma forma de escrita seria capaz de expressar em sua totalidade a potência dos encontros, que produzem marcas diversas, muitas que inclusive negamos ou desconhecemos, como se automaticamente, ao final de um caso, com a escrita de um laudo, tudo estivesse encerrado e superado, como se um caso pudesse

ser de alguma maneira finalizado por um laudo e que passássemos para o próximo processo continuando a sermos o mesmo sujeito.

A pesquisa se baseou nesse problema, buscar através da própria escrita novas formas de expressão, novas subjetividades e maneiras de sentir e de se implicar o corpo, com a produção de narrativas verossímeis que pudessem produzir outras perspectivas. Narrativas que problematizassem movimentos, que borrassem definições pré-concebidas, que mantivessem ambiguidades, dúvidas e incertezas e não as resolvesse, expressando forças vivas, produzindo deslizamentos, desdobramentos, conflitos, ou seja, a vida em última análise. Uma vida de modos muito distintos de como elas são expressas nas escritas de um laudo psicológico: apaziguada, domesticada, controlada, que aguarda uma decisão normalizadora, uma sentença - o fechamento de uma Gestalt, ou seja, a produção de uma verdade a partir do saber-poder psicológico, que produzirá efeitos nos autos de um processo, verdades que movem o poder e que são movidas por ele. Numa escrita narrativa cartográfica, a própria noção de verdade é posta em jogo, são de efeitos de verdade que se tratam e de que são construídos esses discursos de poder, em perene processo de retroalimentação:

> "Por 'verdade', entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A 'verdade' está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem" (Foulcault, 1979, p.14).

Usando da metodologia cartográfica, conforme proposto por Passos et. al. (2015), realizei uma pesquisa como um arrastão de problemas nos processos de um psicólogo que opera no judiciário paulista. Os autores designam a cartografia como um método "(...) que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas, nem com objetivos previamente estabelecidos" (Passos e Barros, 2015, p.17), mas que se produz na própria medida em que a pesquisa vai sendo realizada. Trata-se de um método que pretende operar em um campo de forças múltiplas e em agonística, considerando os efeitos no pesquisador e na produção do chamado "objeto" pesquisado, contando com a interferência dessas forças nos dados coproduzidos.

Como pesquisa-intervenção, não há possibilidade de neutralidade e os pontos de vista e os mundos de visão produzidos no decurso da investigação são postos em análise, a investigação trazendo transformações no campo e no pesquisador, cartografando linhas de força singulares e comuns que tensionam em todos. Nessa perspectiva, não há um "objeto" de pesquisa passivo nem há "coleta" de dados - há sujeitos e produções, o que implica em políticas em jogo. No caso da escrita das narrativas, estão em jogo principalmente políticas de narratividade, que para Passos et al. (2015, p.151) trata-se de "(...) uma posição que tomamos quando, em relação ao mundo e a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece". Para os autores, quando narramos um caso, podemos nos colocar em:

> "(...) uma posição de estrangereidade ao que habitualmente é dito. Colocamo-nos, então, em posição de estranhamento, de interrogação ao que certa narrativa aceitaria como natural e regra, forçando a um

> descolamento do dito na busca das condições de sua produção" (Passos e Barros, 2015, p. 164).

Como forma de se desdobrar os problemas e assumir essa estrangereidade frente ao que para mim é uma rotina, uma prática diária "natural" e nada estrangeira, passei a realizar registros narrativos no diário de campo da pesquisa, narrativas que pudessem produzir deslocamentos e estranhamentos, expressando as vidas como elas são, e não como elas figuram em autos de processos.

Assim, nesse exercício de escrita, procurei me distanciar ao máximo da escrita usada por mim na produção de relatórios e laudos psicológicos judiciários. Na verdade, essa produção de narrativas não se preocupava com as particularidades de cada caso trazido a justiça e quais os motivos e encaminhamentos que demandavam perícias psicológicas. De fato, era uma escrita que, muito diferente de uma escrita técnica-científica, não visava a objetividade, nem tivesse um foco, não buscasse diagnósticos das situações ou indicasse prognósticos e sugerisse soluções aos magistrados. Na verdade, a escrita das narrativas se preocupava com outros tipos de acontecimentos, os pequenos gestos, as mínimas falas, expressões, encontros. Os fenômenos mais efêmeros, inesperados, cômicos, tristes, enfim, as coisas mais banais, comuns. Uma escrita das pequenas coisas, que poderia por alguns ser taxada de tola, inútil, uma perda de tempo mas, como dizia Deleuze (2018) sobre a percepção dos fenômenos, não devemos acreditar "(...) nos 'grandes acontecimentos' ruidosos, mas na pluralidade silenciosa dos sentidos de cada acontecimento. Não existe sequer um acontecimento, um fenômeno, uma palavra, nem um pensamento cujo sentido não seja múltiplo" (Deleuze, 2018, p.12) e essa foi a aposta da pesquisa. Busca-se ainda a formação de um corpo de cartógrafo aos modos em que Barros et al. (2015) colocam que "detecta no trabalho de campo, no estudo e na escrita, variáveis em conexão, vidas que emergem e criam uma prática coletiva" (Barros e Kastrup, 2015, p.74).

O exercício de escrita narrativa assumido foi realizado de forma livre, a medida em que algum acontecimento me instigava a ser registrado no diário, às vezes anotações mínimas, uma frase, em outras, páginas e mais páginas de anotações como o clima, a temperatura, uma fala, uma graça ou um comentário profundo de criança. Ao escrever as narrativas, não estava preocupado com as grandes questões, com os casos "espetaculares", que atraíssem a atenção pela sua exoticidade, pelo escândalo ou pela fama. Pelo contrário, as narrativas visavam casos "comuns", como quaisquer outros, casos que qualquer profissional que atende mais de uma centena de processos em um ano logo esqueceria ao remeter seu laudo e devolver os autos ao cartório, às vezes ainda na sequência da partida do fórum de seus "objetos" de estudo. Casos corriqueiros, que fizessem parte de mais "um dia na vida". E, nisso, a escrita buscava escapar do pragmatismo, sendo bonita, enfadonha, trágica, alegre, tortuosa, feia, seca, cartorária, emulando a própria vida em suas multiplicidades e gradações, ou seja, nunca só uma coisa ou outra. As narrativas também evitavam descrever lugares reais ou se situar em qualquer campo reconhecido, tratando-se de uma colcha de retalhos de ambientações, lugares, cidades, estados. Do mesmo modo, os sujeitos que ali se mostram não são descritos em suas características físicas, deixando suas imagens a cargo do leitor, que deve fazer das

palavras o decalque e pintar com sua própria paleta de cores, traçando os contornos narrados.

Também não era meu objetivo uma pesquisa que a cabo pudesse se transformar em mais um catálogo, um roteiro de estudo e escrita psicológica, sem levar em conta os motivos e a genealogia do que fazemos, das produções de discursos psicológicos com efeitos de verdade. Pelo contrário, minha pesquisa procurava me implicar e emaranhar ainda mais em mim e em meu trabalho, expressar meu corpo em minha escrita, e os jogos de montar que a forma.

Uma das minhas buscas com a escrita era a produção inicialmente de um conhecimento a partir das minhas próprias perspectivas, expressando as formas que aquele trabalho me afeta e quais eram as consequências para minhas produções enquanto psicólogo que atua no ambiente judiciário. Uma aposta metodológica que procura analisar campos de produção e políticas de escrita.

Na pesquisa a partir da perspectiva de um psicólogo judiciário, implicou ainda questões éticas, já que os casos correm em segredo de justiça, além das questões relativas ao próprio sigilo profissional, que levaram as narrativas para direções bastante distintas. Deixando de se atentar estritamente aos casos, a escrita foi se desenvolvendo para outros campos, para a memória, para os afetos, para as marcas. No processo de reescrita das narrativas, do diário de campo para as páginas que dariam origem a dissertação, novos elementos foram se somando, amálgamas, cruzamentos, atravessamentos, retornos, numa escrita que procurava se ver livre de amarras cronológicas e fáticas, jogando com o fato de não haver fatos como bem postulava Nietzsche: "Contra o positivismo, que permanece ao fenômeno, 'só há fatos', objetarei: não, justamente não há fatos, somente interpretações" (Nietzsche, 2013, p. 427). Assim, a fala de uma criança ouvida anos atrás poderia ser tomada por alguma outra, que veio ao fórum no dia anterior. Era indiferente para a pesquisa quem disse o quê, mas era fundamental o que foi dito, os enunciados e os discursos que atravessam esse campo, que se repetem e que traçam linhas de força. Um psicólogo em processos. Um psicólogo que na verdade são vários.

Esses pedaços em blocos foram desenhando um mosaico que apontavam principalmente para o que é obsceno no trabalho de um psicólogo judiciário, usando aqui esse termo em sua etimologia original, como algo oposto a cena, ou seja, todos os elementos que ficariam de fora de um laudo e, portanto, de um processo, o que seria estritamente inverossímil em uma escrita técnico-científica psicológica. Questões relativas a como um perito é marcado por seus casos, como sua escrita pode ser atravessada por esses encontros, questionando inclusive a pretensa neutralidade e objetividade dessa escrita e de seu escritor. Por em cena o obsceno é considerar o quanto tudo aquilo que é varrido para debaixo do tapete pesa para a escrita, para nosso trabalho e para nossas vidas. Enfim, escrever sobre o que não consta nos autos e que não poderia ou deveria constar, me implicando a cada passo.

A formatação da dissertação buscou produzir no leitor a sensação do trabalho *in progress* e sempre inacabado de um perito judicial, sendo que cada capítulo seria como um processo em si, podendo ser lido independente do outro, emulando o formato-autos.

Assim, cada capítulo-processo abre com uma narrativa de um caso e segue para sua análise. As narrativas possuem caminhos próprios, formas, intensidades, climas e durações distintas, algumas com dezenas de páginas, outras com um par. Do processo de escritas em processos, restaram seis narrativas que funcionam como linhas principais, a primeira a respeito de uma criança que sofreu uma violência e vive um impasse, onde precisa trazer uma verdade para a absolvição de um dos pais, mas nunca de ambos; a segunda com um casal de homens que querem adotar e se tornarem pai e pai; a terceira com uma menina acolhida em um abrigo e que quer falar, ser ouvida e brilhar; a quarta com uma adolescente em que os pais ressentem-se em um custoso processo de divórcio, guarda e visitas e quer um remédio para sua dor; a quinta sobre dois irmãos que caem em sonhos e a sexta e última sobre um adolescente que responde a um processo de ato infracional e que busca um pai. Todos casos verossímeis, alertando mais uma vez que nenhum circunscrito estritamente a casos reais, mas de vidas caso a caso, de viventes em cruzamento com um poder judiciário e com seu saber-poder psicológico.

Uma proposta de pesquisa onde a produção de narrativas verossímeis visa deslocar placas e deslizar frestas por onde as marcas desse trabalho pudessem emergir. Essa produção de narrativas verossímeis, que aparentam verdadeiras, foi umas das formas que encontrei para desdobrar o que deixa de aparecer no trabalho escrito, que não figura nos autos. A escrita se aproxima de diversas experiências numa mesma narrativa, desinvestindo de qualquer abordagem pessoal ou individual. Importaram os traçados de casos que poderiam ser de todos e qualquer um de nós, emergindo "casos" que se depararam com a luz de um poder. Essa forma de escrita narrativa pretende ainda arrastar a delicadeza desse trabalho, desses encontros, ao mesmo tempo tentando me colocar em xeque em manejos, gestos, explorando problemas que surgem dessa atuação e, para isso, virando a seta da pesquisa contra mim mesmo, colocando-me em questionamento, problema levantado por Capozzolo et al. (2016).

Resultados e discussão

Como maneira de desdobrar nesse artigo a pesquisa de mestrado, decidi transcrever na íntegra a longa narrativa que para mim é a que ainda pulsa mais fortemente como ferida aberta:

> "Maria Júlia[2] brincava sozinha no último andar do prédio do fórum, justo ali, lugar quase que esquecido. Ao parar por um instante, percebeu encantada que o topo daquele prédio era em forma de pirâmide. A menina não tinha como saber, mas muitas décadas atrás o último andar não era abandonado e abrigava vários cartórios. O movimento parecia que nunca ia ter fim, com pessoas subindo e descendo esbaforidas pela escadinha, levando e trazendo sem trégua pilhas e mais pilhas de processos, acumuladas como torres até o teto, que se tornava cada vez mais baixo quanto mais se aproximava das suas bordas e vértices. Os cartorários tinham de ficar com os pescoços curvados e alguns usavam

[2] Nome fictício.

almofadas para não se machucarem no forro. Era até engraçado vê-los sobre os processos com os pescoços dobrados e Maria Júlia com certeza riria se os vissem assim. Nesse sótão não havia sinal de luz elétrica e a pouca iluminação vinha das frestas do teto - era realmente difícil enxergar algo naquela escuridão. Durante anos os cartorários brincaram entre si que as coisas eram assim porque a Justiça era vendada e não precisava de luz, mas que por isso mesmo vivia caindo, e sempre que alguém tropeçava todos riam! Mas Maria Júlia não se importaria com nada disso, ela só queria brincar. Mais crianças se juntaram a ela e todas brincavam alegremente, de esconde-esconde, pega-pega. Corriam por todos os cantos e faziam muito barulho, que parecia não incomodar ninguém. Uma velha, vestida de cinza, chegou com essas crianças e com elas permaneceu, enquanto rodopiavam ao seu redor. Essa era a imagem.

Eu saía do prédio, estava no elevador. Apertei o botão do térreo e senti um solavanco, o elevador despencou em direção ao chão mas não bateu, começando a subir lentamente, até o último andar, o sétimo. Assim que saltei, o elevador desceu e a porta permaneceu aberta. Senti medo e vertigem quando encarei o abismo e vi que era uma queda mortal: aquele poço não tinha fim! Eu sentia medo de cair e, apesar de querer, não conseguia sair dali. Com o coração saindo pela boca, vi algo que nunca havia visto antes: uma escadinha com uma correntinha toda enferrujada impedindo a passagem. Tinha certeza que aquela escada não existia, pelo menos não me lembrava dela, e puxei a corrente e subi, com uma coragem ou imprudência estranha a mim. Chegando lá em cima encontrei as crianças e fitei Maria Júlia brincando ao longe sob um facho de luz. Maria Júlia ficou muito feliz e veio correndo em minha direção, despreocupada com o perigo do poço do elevador que se abria e esperava por ela logo abaixo. Me vi então na sala do meu setor. Estávamos todos juntos, em reunião. Eu estava com a cabeça abaixada, sonolento. Tentava me mexer, mas não conseguia. Me sentia angustiado e paralisado novamente. A sala estava iluminada, mas de um jeito engraçado, com uma luz fraca e meio colorida, que passava através dos vitrais empoeirados. Era mais igreja do que fórum (Estava numa igreja? Acho que era uma igreja). Agora era uma igreja. As vozes das pessoas pareciam vir de tão longe, como um coro, e me esforçava para entender o que elas diziam sem, no entanto, conseguir. Ouvi alguém chegando, tentando se fazer escutar no meio daquele caos, daquela dissonância, mas parecia que ninguém queria ouvir o que ela tinha para dizer – era a mais nova de nós. Justamente nessa hora, uma queda. O nome dela era Maria Júlia.

***

Maria Júlia morava com o pai, com a mãe e com o irmãozinho. O irmãozinho era muito pequenininho. Tinha quatro anos de idade. Quando os dois iam para escola iam com roupas compridas em pleno verão, escondendo os braços e os pescoços. Todos achavam estranho, até que os descobriram repletos de marcas:

- Foi o meu papai, dizia o pequenininho.

- Foi o pai, dizia Maria Júlia.

Por causa das marcas, pai e mãe foram chamados várias vezes em vários lugares, mas isso de nada servia e as marcas teimavam em reaparecer, os irmãos agora dizendo que haviam caído do muro, tropeçado da árvore, e as feridas eram sempre reabertas.

Um dia fui até onde moravam. A casinha ficava no meio do nada, no meio do mato, com todo o horizonte por de trás. Era solitária na paisagem, quatro paredes diminutas com um telhado cobrindo tudo. Cimento aparente, paredes chapiscadas, chão de terra batida. Parecia inacabada, em eterna construção. Mesmo assim, era muito organizada, organizada até demais - não havia nada fora do lugar, o que achava estranho numa casa com duas crianças pequenas. A mãe disse que o pai não estava, que estava trabalhando. Maria Júlia também não estava, estava na escola. O pequenininho, brincando e sorrindo com uma chupeta na boca procurava chamar minha atenção:

- Tio, olha, eu consigo subir em cima da árvore;

- Tio, olha eu dando pirueta!

Ele estava muito feliz comigo ali. Eu, por minha vez, dizia:

- Cuidado, você vai acabar caindo! Cuidado!

E antes que tropeçasse, o peguei nos meus braços, levando-o ao chão com todo o cuidado. Dias depois o pequenininho foi morto pelo próprio pai. Na peça da acusação estava escrito que o pai tinha por hábito espancar os filhos, dar castigos e correções e que a mãe nada fazia. Quando os filhos almoçavam, não podiam jantar - já haviam comido naquele dia. Só que a noite o pequenininho teve fome e pegou uma maçã, o fruto que era do pai. O pai o espancou pela desobediência e o jogou numa vala na frente daquela casa que parecia inacabada, onde passou a noite como que dormindo. Nunca mais acordou do seu sono. O pequeninho foi morto aos quatro anos de idade pelo próprio pai.

Quando encontrei Maria Júlia pela primeira vez após a tragédia, a menina me perguntou sorrindo:

- Tio, sabia que o meu irmão morreu?

Não consegui responder, pelo menos não com a fala, e sempre que recordo desse momento, dessa pergunta de Maria Júlia, minha garganta se ata num nó" (Ferreira, 2020, pp. 90-92).

***

A narrativa acima foi escrita em duas seções, que acabaram se conectando como através de túneis irregulares escavados por algum animal que liga labirintos. Teve início de um modo inesperado. Uma colega assistente social judiciária passou por uma endoscopia e foi sedada. Ao chegar ao setor, relatou que durante o procedimento teve um sonho bastante nítido com uma menina chamada por ela como Maria Júlia, que brincava no último andar do fórum (andar que não existe no mundo desperto) e que veio a sofrer uma queda. Ao ouvir sobre seu sonho, pedi para que ela o escrevesse e o deixei guardado no diário de campo da pesquisa. Meses depois, resgatei esse sonho e o tomei como meu, contando com autorização expressa da sonhadora, reescrevendo-o como se fosse eu o sonhador, deslocando-o e condensando-o com elementos especialmente de minhas leituras de Kafka, alguns dos mesmos elementos que curiosamente estavam no sonho da minha colega, que nunca o leu (sendo que, de algum modo, Kafka nos leu a todos).

Essa reescrita em primeira pessoa de narrativas ou falas que não eram minha passaram a ser mais uma das estratégias que encontrei em busca do plano comum desse trabalho. Ocorre que, nesse processo de reescrita, uma segunda parte da narrativa foi inventada por mim como uma interferência, sem qualquer intencionalidade consciente para isso, uma segunda cena em que a menina que sofreu uma queda na primeira parte agora divide a cena com seu irmãozinho, que não existia no sonho ou na primeira versão da narrativa. Essa escrita "automática" levou a uma história que, enquanto escrevia, não me revelava de onde vinha esse relato tão potente, de um caso de violência familiar que chegou ao crime de sangue de um pai contra um filho. Só após um longo processo de escrita, reescrita e reflexões que para mim, não sem espanto, ia ficando claro alguns dos lugares por onde essas dores vinham emergindo.

A primeira linha, talvez a principal, vinha de reminiscências de uma marca potente de minha atuação. Para compor a narrativa, criei um caso de dois irmãos que viviam numa casa numa área rural. Essa família nunca comparecia ao fórum, apesar das inúmeras intimações por oficiais de justiça. Inconformado, um dia fui até o local. Lá encontrei somente a mãe e o irmão menor, que seria morto pelo pai pouco tempo depois. Nessa produção, me chamou atenção a ordem da casa, que apesar de um cômodo sem acabamento e sem contrapiso, era completamente organizada, limpa e vazia, não parecendo que abrigava duas crianças. Ao fechar meus olhos, conseguia ver essa imagem, apesar de se tratar de uma produção narrativa, atravessada pela memória, esquecimento, tempo e fantasia. O que importa de fato é que essa experiência narrativa possa ser uma estratégia para trazer em ato as marcas de um trabalho tão imbricado com a delicadeza do cuidado, da escuta e da responsabilidade frente aos riscos que envolvem as vidas com que lidamos. Essas informações nunca são registradas em nenhum laudo. Não seriam pertinentes a esse tipo de escrita, especialmente no que se refere aos afetos sentidos pelos observadores pretensamente imparciais, marcados por não impedir tragédias que se avizinham. Isso não consta nos autos, não são de interesse do poder.

Um dos elementos da narrativa, as marcas que insistiam em aparecer em seus corpos, marcas que as crianças tentavam esconder com roupas compridas em pleno verão, infelizmente são lugares-comuns, quase que um clichê em casos que envolvem violência doméstica contra crianças, um triste amálgama de um plano de fundo de casos. Aqui elas surgem como uma rima, marcas no corpo, único lugar que pode ser marcado, em sintonia

com as marcas no corpo do psicólogo, marcas da vergonha, marcas da dor, marcas do medo de errar, de não ver o que existe ali para se ver.

É possível pensar que, no decorrer de muitos anos desse exercício profissional, ocorra a produção de um corpo-perito, que se adensa e se encastela, frente a dor dos outros e da própria. Por outro lado, com a proposta do uso do método da cartografia e com a busca da produção de um corpo de cartógrafo (Liberman et. al., 2015), a percepção do pesquisador aos processos é afinada e aberta ao fora, consequentemente dando abertura para afetos. Assim, a pesquisa pode fazer emergir pelas frestas tensionadas dores como que esquecidas, que insistem em atravessar através da narrativa, agora não mais a escrita técnica-científica, cartorária, insípida, às vezes tão monótona para descrever vidas, mas uma escrita que busca trazer em ato justamente os afetos, o sentido. Mesmo a escrita desse artigo, depois de quatro anos de conclusão da pesquisa, produz novos desdobramentos, novas implicações, sustentando novos emaranhados de problemas.

Esses afetos "adormecidos", por um lado, parecem funcionar como "restos diurnos" na produção das narrativas, aos modos que Freud entendia a produção dos sonhos: "Raramente um sonho é a representação – poderíamos dizer: a encenação – de um único pensamento; em geral, representa uma série deles, um tecido de pensamentos" (Freud, 2015, p. 79). Mesmo os casos mais banais são casos que podem provocar potentes reações nos profissionais que se encontram com essas vidas, com casos que se condensam, se deslocam, se misturam, sem que nada dessa espessura subjetiva venham à luz em seus laudos.

Um dos problemas ao se analisar a produção da narrativa-sonho de Maria Júlia e de seu irmãozinho, é pensar por quais mecanismos durante sua escrita invadiu a cena esse menino destinado a ser morto pelo próprio pai, a troco de nada, um fruto. Quais os motivos de sua irmã, não tão mais velha e sobrevivente, ter podido manter sua alegria frente a tragédia? Essa menina, que acabou institucionalizada após a prisão dos pais, veio ao fórum com alegria e me fez a pergunta sorrindo, fala que me desmontou e que vazou na narrativa. Qual a real potência de uma simples pergunta de criança que tem o poderoso efeito de desmanchar a pretensa neutralidade do psicólogo enquanto observador imparcial? Por que seu enunciado me pega tão desprevenido e me faz cair? Quais conexões se estabelecem, adulto e criança, meu próprio eu-infantil, meus sonhos e pesadelos, medos, desamparos, desilusões?

O mais impressionante é que, apesar de toda essa potência, esse afeto frente ao meu trabalho se encontrava não esquecido, mas adormecido. Na minha prática diária não atuo de modo tão aberto e desprotegido e, no caso de me deparar com uma Maria Júlia, poderia psicanalisar sua alegria como "dissociação", uma fuga ou defesa frente ao afeto triste da morte do irmão e da prisão dos pais, ou ainda qualquer outro termo, psi ou não, que pretenderia terraplanar experiências, explicar e precisar vidas, afinar subjetividades, termos que, em última análise, não explicam, mas produzem explicações, realidades.

Esses labirintos por onde deslizam essas memórias e afetos refluem em tipos de escrita. Para o profissional que deve emitir um laudo, dentro de uma atuação que se dá caso a caso - casuística como é o próprio funcionamento judiciário, uma saída é a escrita

se tornar algo insípida, inodora, mecânica. Um caso, um laudo, um fim. Nenhuma implicância, nenhum afeto, nenhuma consequência. Pensar assim é desconsiderar as subjetividades, negar que não saímos do mesmo modo que entramos dos encontros com essas vidas. Somos afetados e mudamos, assim como provocamos mudanças ao interferirmos nessas vidas. Negá-lo seria transformar o psicólogo em dispositivo-perito, que desconsiderasse todo o campo das subjetividades e simplesmente produzisse um laudo (uma verdade) a partir de certos *inputs* resultando em certas realidades, como se a psicologia pudesse ser exata e matematicamente correta, uma ciência natural, o que seria o mais distante possível de uma ciência que prima pelo encontro com o singular e com a complexidade dos comportamentos e subjetividades.

De todo modo, há certo desconforto em mim quando permaneço com um laudo pendente de um caso, e é um desconforto físico, no corpo. Um laudo pendente é um caso que tensiona, que não foi finalizado, que demanda um acabamento, um fim e é com alívio e esquecimento bem-vindo que sobrevém a escrita de um laudo, já que há outros aguardando para serem escritos e esquecer pode nos manter afastados da dor, do sofrimento, das conexões. O judiciário assume uma atuação procedural, ligada aos procedimentos, que usa de técnicas, teorias e instrumentais com objetivos: o estudo psicológico deve resultar num documento a ser juntado aos autos, um relatório ou laudo psicológico claro, objetivo, que vise a neutralidade observacional e imparcialidade.

O estudo psicológico, podemos dizer assim, é a totalidade da atuação de um psicólogo, desde a leitura crítica dos autos, às próprias entrevistas psicológicas, observações lúdicas, visitas domiciliares, discussões de caso com colegas da rede de serviço, etc. Do mesmo modo, o laudo psicológico é o documento que visa condensar, ordenar e por fim a uma análise com suas conclusões que podem lançar luz sobre o caso e fundamentar uma decisão judicial: um julgamento com seu veredicto, seu dizer verdadeiro. Isso tudo em teoria. Como expresso na narrativa, o laudo não põe fim em nada. É um documento que assume uma perspectiva resumida, filtrada, tratada de vidas postas e iluminadas por um saber-poder psicológico para um poder decisório. São discursos com efeitos de verdade:

> " (...) no ponto em que se encontram o tribunal e o cientista, onde se cruzam a instituição judiciária e o saber médico ou científico em geral, nesse ponto são formulados enunciados que possuem o estatuto de discursos verdadeiros, que detêm efeitos judiciários consideráveis e que têm, no entanto, a curiosa propriedade de ser alheio a todas as regras, mesmo as mais elementares, de formação de um discurso científico; de ser alheios também às regras do direito e de ser, no sentido estrito (...), grotescos" (Foucault, 2010, p. 11).

A escrita desses discursos com seus enunciados, que para Foucault não escapa de ser caricata, trata-se de uma escrita que visa um objetivo, e que pretende uma linguagem de neutralidade e objetividade mas que, como exposto na narrativa de Maria Júlia, deixa escapar muito dos fenômenos do que ocorre dos encontros com esses infames. Nesse sentido, Foucault (2003) traz uma perspectiva interessante quando analisa essas interações de vidas e o poder, que tem sua história, sendo que, na passagem do Séc. XVIII para o XIX, a linguagem desses registros passam a assumir novas formas de saber-poder,

formas que geram ciências das ditas áreas humanas. Para Foucault, interessava essas poucas linhas que eram traçadas sobre esses infames, como eram descritos, como a escrita modulava decisões e governos a respeito de suas vidas. Há um poder e peso tamanho aqui, quando pensamos que são somente essas poucas linhas que restaram a respeito das desventuras, dramas, amores, crimes e paixões desses infames que viveram há centenas de anos. Um peso muito grande, quase insustentável, ao se refletir sobre a responsabilidade em se escrever sobre vidas hoje, ainda mais com os efeitos dessa escrita estar entremeada com um saber-poder psicológico com efeitos de verdade.

De certo modo, o psicólogo judiciário passou a figurar nos discursos judiciários como aquele perito que seria especialista em acessar essas vidas sem causar maiores danos, infames que demandavam a polícia do Estado em sua chave biopolítica para postular o que é melhor para elas, sendo que esse saber-poder emana mais através dos discursos escritos do que de qualquer outra forma de atuação. Dito isso, a escrita torna-se a coisa mais fundamental para um psicólogo que trabalha como perito em processos judiciais. Diria que é mais importante do que a própria condução dos casos, das entrevistas, dos procedimentos e o enunciado de um recente curso para profissionais das equipes técnicas do TJ-SP parece não contrariar isso: "Do caso ao laudo". É o laudo o ponto final, o que de verdadeiro importa. O apaziguamento, alívio e esquecimento. "Sua majestade o laudo": nessa chave, o caso é só uma porta para esse objetivo. É através dos laudos que é contabilizada a produtividade, são com esses processos que a máquina judiciária gira e gera seus números. São esses mesmos laudos que produzem verdades e indicam caminhos e julgamentos nos processos em que são demandados, que trazem um apaziguamento às decisões judiciais, não se esquecendo que:

> "(...) o direito não tende, em última análise, ao estabelecimento da justiça. Nem sequer ao da verdade. Busca unicamente o julgamento (...) A produção da res judicata – com a qual a sentença substitui o verdadeiro e o justo, vale como verdadeira a despeito da sua falsidade e injustiça – é o fim último do direito" (Agamben, 2008, p. 28).

Nesse sentido, é a escrita que permanece materializada no formato laudo psicológico e que dita caminhos e possibilidades às decisões judiciais. Essa escrita é limitada, pressionada, "justa", devendo assumir os fundamentos éticos e técnicos referendados pelos conselhos, pela lei, pelos regulamentos. Seria inverossímil qualquer coisa próxima a narrativa apresentada nesse artigo que, apesar disso, é mais verdadeiro que qualquer laudo que eu tenha produzido em toda minha carreira.

Pensando justamente a partir do peso da escrita, aliada à aparente crueza e ausência de qualquer possibilidade de afetos emergirem através dela, que a escrita das narrativas buscou furar essa camada lógica. Na sua forma técnico-científica não há espaço para fugas, as linhas devem estar dirigidas a um problema, assim como para suas possíveis soluções, no formato padrão de sugestões aos juízes. Um psicólogo sugere, um juiz determina. Por outro lado, cada narrativa foi produzida não a partir de um caso concreto, mas a partir dos afetos produzidos em meu corpo através dos anos do desempenho dessa função e, por isso mesmo, nunca houve uma Maria Júlia, restando claro que mesmo os fragmentos de casos são "esquecidos" a medida em que processos se somam, se repetem,

havendo um alívio temporário a cada entrega de um laudo, como se ali se encerrasse nossa vinculação com aqueles casos. Autos enganos.

Nesse tipo de escrita que procurei exercitar com a pesquisa narrativa, abre-se os poros para que a reescrita do sonho que até então não era meu propiciasse o retorno de uma marca, retomando a memória pelas frestas, ao ponto de Maria Júlia, essa menina-dupla, que cai no abismo na primeira seção da narrativa, retorne agora na segunda, reencenando fatos, nos apresentando agora a queda de seu irmão mais novo. Seu caso, que numa Vara da Infância e da Juventude teria início, meio e fim, com uma sentença transitada em julgado e com a extinção do feito, foi um feito nunca extinto para aqueles que tem de lidar com casos como esse, com tragédias que se somam, que insistem em se repetir pelas casas de nosso país, das pequenas com paredes das mais diminutas espessuras, as mais majestosas, mas que somente mudam em disposições, tamanhos e relevos. Da casa ao lado, sejam com portas improvisadas de compensado ou dos mais refinados materiais e acabamentos, casos ocorrem e a violência contra as crianças e adolescentes é uma triste realidade que insiste em se repetir, em retornar.

De casos nunca extintos, restam marcas, culpas, sonhos. Apesar de "esquecidos" até a escrita das narrativas, permanecem presentes e vivos e várias camadas e signos emergem do sonho e da narrativa trágica de Maria Júlia, essa menina-sonho desterritorializada. Afetos brutos, devastadores, imagens que produzem medos, angústias, mas por outro lado, quase na mesma medida, ternura, cuidado, amor. São experiências que trazem marcas que reverberam, com o nó que insiste, dor no corpo, na resposta que não tinha como ser dada, afinal, como responder a uma criança que, sorrindo, perguntava a respeito da morte do irmão?

Esse nó na garganta, um efeito no corpo frente ao afeto triste e que se repete, nó que expressa meu corpo na escrita e que me cala, que impede naquele encontro narrado que exercesse a fala, que a prendeu dentro de mim e que ainda se mostra em mim quando releio a narrativa, tanto em silêncio quanto, com ainda mais potência, quando a leio em voz alta. Curioso afeto provocado pela releitura de minha própria escrita, nó que insiste em voltar a se formar e trancar qualquer possibilidade de fala. Não é a fala que pode expressar essa dor. E, afinal, quem nos ensina a lidar com a dor? Quem ensina a acessar vidas sem causar danos, de modo esterilizado, numa clínica *clean*? Poderíamos criar um curso para isso, um manual? Quantas dores pode um corpo?

Uma pista que assumo, usando para isso Espinosa, aos moldes em que Deleuze o lia e o escrevia, é que todos os processos de pensamento emergem do corpo - e, afinal, de onde mais poderiam surgir? Evitando um cartesianismo tardio, não há outra coisa que nós somos que não o nosso corpo, só estamos onde nosso corpo está, já que "(...) não posso deslocar-me sem ele; não posso deixá-lo lá onde ele está para ir-me a outro lugar (…) ele estará sempre comigo onde eu estiver" (Foucault, 2013, p. 7). Então, qual o motivo de, ao escrevermos, procurarmos negar nosso corpo e assumir uma escrita a partir de uma perspectiva impossível, superior, múltipla, fragmentada, para isso usando muitas vezes da terceira pessoa do plural, para dar coletividade e peso a nossos enunciados. Os laudos são repletos de terceiras e escassos de primeiras pessoas. São também em sua maior parte falas dos outros: com diversos "SICs", análises e conclusões, assumimos a fala por

aqueles que deveriam falar por si e, como Deleuze certa vez disse em diálogo com Foucault (1979), isso nunca foi desprovido de indignidade.

A escrita de laudos acomoda, ajusta, terraplana. A escrita das narrativas incomoda, desmonta, desencaixa e desliza placas, relevando o terreno. A partir dela, que as dores e marcas do caso podem ser (re)sentidas, justamente no único lugar onde é possível ser marcado, o corpo:

> "As únicas ideias que temos nas condições naturais de nossa percepção são as que acontecem ao nosso corpo, o efeito de outro corpo sobre o nosso, isto é, uma mistura dos dois corpos: elas são necessariamente inadequadas. Tais ideias são imagens. Ou melhor, as imagens são as próprias afecções corporais (affectio), as marcas de um corpo exterior sobre o nosso. As nossas ideias são, pois, ideia de imagens ou de afecções que representam um estado de coisas, e pelas quais afirmamos a presença do corpo exterior, enquanto nosso corpo permanece assim marcado" (Deleuze, 2002, p. 83).

E o conhecimento pelo próprio corpo, único possível, é sempre confuso, incompleto, ainda mais se busca descolar um pensamento dito racional de outras formas de pensar, de outras subjetividades. Para Deleuze: "(...) as condições em que conhecemos as coisas e tomamos consciência de nós mesmos condenam-nos a ter apenas ideias inadequadas, confusas e mutiladas, efeitos distintos de suas próprias causas" (Deleuze, 2002, p. 25), não havendo outra forma de escrita que, da mesma forma que nossas ideias, não seja inadequada, confusa, mutilada. A escrita, enquanto fruto de nossas ideias, não pode escapar dessa inadequação. Então, como pretender ao mesmo tempo uma escrita técnica, científica, que negue o corpo, que seja neutra e objetiva e que adeque? Poderemos nos enganar a cada vez que buscamos exercê-la?

Ao escrever o sonho em forma de narrativa, busquei reconhecer esses tipos de afetos, o corpo implicado, a impossibilidade da neutralidade, a inadequação das minhas ideias, a dor. Os mecanismos com que esses conteúdos emergiram poderiam, de certo modo, se assemelhar aos propostos por Freud em sua interpretação dos sonhos, condensação e deslocamento, metáfora e metonímia? O plano da narrativa é um mundo coproduzido em jogo pela sonhadora, pelo narrador e pelas crianças, lembrando o mesmo Freud quando afirmava que "O escritor faz o mesmo que a criança ao brincar; constrói um mundo de fantasia que leva bastante a sério, ou seja, dota de grandes montantes de afeto, ao mesmo tempo que os separa claramente da realidade" (Freud, 2015, p. 327).

Maria Júlia é um sonho que lida com marcas diversas, que traz arquiteturas de fóruns. Em sua queda, essa menina-sonho, atravessou de ponta a ponta um prédio, por onde deslizam vários direitos, várias justiças: são muitas as que existem e coexistem. É o sonho e Maria Júlia quem conduzem essa narrativa, é essa menina-sonho quem atravessa esse fórum. Esses sonhos falam de espaços, territórios, tragédias. Sua tessitura grita e sussurra algo. Esse prédio-fórum traz formas e funções, seus cruzamentos com catedrais, com a terra e com o céu formam territórios onde se emaranham os fios, emergindo problemas vivos a serem compreendidos de várias perspectivas e sentidos de saber-poder que pretenderam, em parte, serem cartografados pela pesquisa. Nesse sentido:

> "Cartografar é conectar afetos que nos surpreendem e, para tanto, na formação do cartógrafo é preciso ativar o potencial de ser afetado, educar o ouvido, os olhos, o nariz para que habitem durações não convencionais, para além de sua função sensível trivial, ativando algo de suprassensível, dimensão de virtualidade que só se amplia à medida que é exercitada. O cartógrafo, assim, vai criando corpo junto a pesquisa" (Pozzana, 2016, p.63).

Essas são algumas das linhas, dos problemas que percorrem este trabalho, e que aqui assume a forma de um artigo, possibilitado a partir de uma pesquisa de mestrado. A pesquisa que as parcas e confusas linhas acima procuram descrever e sintetizar, como se mesmo a escrita fosse capaz de sintetizar as experiências, abriu novos campos e caminhos para mim enquanto psicólogo no judiciário que se mantém em seu trabalho, nessa área de atuação tão delicada, lidando com essas tragédias, alegrias e tristezas em meu dia a dia. Prossigo em minhas pesquisas agora por outros caminhos. Do longo processo da escrita inicial no diário de campo a esse formato finalizado muita coisa aconteceu. Adveio a pandemia de COVID-19 e basicamente toda a dissertação foi escrita em confinamento, a peste e a quarentena também produzindo marcas nessa escrita em andamento, nunca acabada.

Conclusão

A escrita em processos modula e tensiona para uma escrita objetiva, direcionada para uma questão-problema jurídica, que traga soluções apaziguadoras e binárias para as questões; uma escrita que demanda o profissional a assumir uma certa verdade e produzir um conjunto de enunciados que a reassegure e que a fundamente. Um documento que produz efeitos de verdade e que, como apontado acima, produz decisões e veredictos. Laudos com um peso, que pretendem a uma neutralidade e a um olho sem corpo, abstrato, sem sujeito. Um laudo que assume a escrita como um conjunto de enunciados que usam do saber-poder psicológico para prevalecer.

Nesse sentido, enunciados aparentemente inofensivos, como usar de uma frase em sua conclusão como "do ponto de vista psicológico" tal ou tal coisa é mais adequada, é usar de um poder de um coro para aplainar questões e não contar com as multiplicidades. Qual seria o ponto de vista psicológico? Ele é uno e eu, enquanto escritor, detenho esse ponto ou, por outro lado, minha escrita é realizada a partir de um entre uma infinidade de pontos, perspectivas? Um olhar é produzido a partir de quantos olhares?

O uso da escrita narrativas em pesquisas na psicologia judiciária pretende furar essa lógica utilitarista e objetivista dos laudos, trazendo em seu plano comum problemas vivos, problemas que passam despercebidos numa escrita técnica que visa afunilar, e não complicar. Nesse sentido, a escrita das narrativas pode ser uma estratégia interessante para aqueles corajosos que pretendem pesquisar esse campo tão delicado e potente da psicologia, produzindo beleza e terror em igual medida, do mesmo modo como nossas vidas são produzidas. Cada um de nós somos compostos de multidões (Whitman, 2005)

e é desses encontros, dessas disputas de força e poder que interessa a cartografia e que as narrativas buscaram expressar.

Há algo nesse trabalho de produção de narrativas que é inesperado, vital. Há vida e sangue nessas linhas, que se despe de conceitos, teorias, citações, análises. Narrativas preocupadas com a sinceridade "para além da verdade e da mentira", como meu orientador nunca me deixava esquecer. Como diriam Deleuze & Guattari (2011, p. 19): "Escrever nada tem a ver com significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir". Quais seriam então as regiões por vir na psicologia jurídica?

Referências

AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. pp. 52-75.

BRITO, L. M. T. **Anotações Sobre a Psicologia Jurídica**. Psicologia: Ciência e Profissão, 32 (num. esp.): 194-205, 2012. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500014>. Acesso em: 16 mar. 2024.

CAPOZZOLO, A.A.; HENZ, A. O.; CASETTO, S. J.; MORENO, H.V.; RODRIGUES, A.; LIBERMAN, F.; MAXIMINO, V. S. **Pesquisar contra si e encontrar o que não aceitamos na experiência do método**. In: VII Congreso Iberoamericano de Investigación Cualitativa en Salud, 2016, Barcelona. Libro de resúmenes de lo VII Congreso Iberoamericano de Investigación Cualitativa en Salud, 2016. v. 01. p. 125-126.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 3, de 16 de março de 2022**. Institui condições para concessão e registro de psicóloga e psicólogo especialistas; reconhece as especialidades da psicologia e revoga as Resoluções CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007, nº 3, de 5 de fevereiro de 2016, e nº 8, de 25 de abril de 2019. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 de março de 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-3-de-16-de-marco-de-2022-386760566>. Acesso em: 16 mar. 2024.

DELEUZE, G. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, **Nietzsche e a filosofia**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

DELEUZE; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 1. São Paulo: Editora 34, 2011.

FERREIRA, L. **Um psicólogo em processos**: imagens justas e justamente imagens no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 2020. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós Graduação em Ensino em Ciências da Saúde). Universidade Federal de São Paulo, 2020. Disponível em: < https://repositorio.unifesp.br/items/88870722-78d5-4cf3-b722-b2f3f20384c4>. Acesso em: 16 mar. 2024.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: **Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, M. **Os anormais**: curso no Collége de France (1974-1975). São Paulo: São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **O corpo utópico**, as heterotopias. São Paulo: n-l Edições, 2013.

FREUD, S. **Obras completas, volume 8**: o delírio e os sonhos na *Gradiva,* Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GRANJEIRO, I.A.C.L.; COSTA, L.F. **O estudo psicossocial forense como subsídio para a decisão judicial na situação de abuso sexual**. Psicologia: Teoria e Pesquisa vol. 24 n. 2, pp. 161-169, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000200005>. Acesso em: 16 mar. 2024.

LAGO, V. M.; AMATO, P.; TEIXEIRA, P. A.; ROVINSKI, S.L.R.; BANDEIRA, D. R. **Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação**. Estudos de Psicologia (Campinas) 26(4) pp. 483-491, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2009000400009>. Acesso em: 16 mar. 2024.

LIBERMAN, F.; LIMA, E. M. F. A. **Um corpo de cartógrafo.** Interface – comunicação saúde educação; 19(52): 183-93. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/MWxPQ5YZH9FgTTdV5GNZ3Fr/?format=pdf>. Acesso em: 17 mar. 2024.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral**: uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NIETZSCHE, F. **Escritos sobre psicologia**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Ed. Loyola, 2013.

PASSOS, E.; BARROS, R.B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. pp. 17-31.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Por uma política de narratividade. In Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. pp. 150-171.

POZZANA, L. A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade. In PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. **Pistas do método da cartografia**: a experiência da pesquisa e o plano comum. Porto Alegre: Sulina, 2016. pp. 42-65.

RODRIGUES, M. C.; COUTO E. M.; HUNGRIA M. C. L. A influência dos laudos psicológicos nas decisões judiciais das Varas de Família e Sucessões do Fórum Central da Capital de São Paulo. In SHINE, S. (Org.). **Avaliação psicológica e lei**: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. pp. 19-36

SILVA, E. Z. M. **Psicologia Jurídica**: um Percurso nas Varas de Família do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Psicologia Ciência e Profissão, 33 (4), 902-917, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000400010>. Acesso em: 16 mar. 2024.

SHINE, S. **A espada de Salomão**: a psicologia e a disputa de guarda de filhos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

WITHMAN, W. **Folhas de relva.** São Paulo: Martin Claret, 2005.

Recebido em 25/02/2024
Aprovado em 26/03/2024

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 License.